

NA SENDA DOS TRACTORES: TRÊS CRÓNICAS PARA UM RETRATO DA COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE

Lídia Cabral

INTRODUÇÃO

Na sua última visita a Moçambique, em 2010, enquanto Presidente do Brasil, Lula da Silva destacava os laços fraternais entre o Brasil e Moçambique e o carácter contra-hegemónico do Sul para uma ordem internacional mais equânime, ao mesmo tempo que notava os avanços do investimento privado e os contributos do empresariado brasileiro.¹ Agendas geopolíticas e mercantis fundiam-se em torno de narrativas de libertação, equidade e progresso social, desde o Brasil até à África.

Este texto oferece um retrato da cooperação Brasil-Moçambique para o desenvolvimento, partindo desse momento da história e centrando-se especificamente na cooperação técnica e comercial dirigida à mecanização agrícola. Não se trata de uma análise exaustiva da cooperação brasileira em Moçambique, mas sim de uma reflexão sobre a sua trajectória temporal e espacial e os seus desdobramentos a partir de um elemento específico: a venda a crédito bonificado de tractores brasileiros a fim de promover a modernização e o desenvolvimento tecnológico do sector agrícola em Moçambique. O tractor é um excelente gancho para abordar questões de economia política da cooperação e do sector agrícola – questões estas que dizem respeito aos interesses em jogo, ao papel do Estado no sector e à sua articulação com o sector privado, e ao processo de acumulação de terra e riqueza e de reconfiguração do campo.

Em matéria de economia política agrária, o debate sobre tractores é um debate antigo em Moçambique. Um artigo publicado pelo Washington Post in 1978, nos verdes anos de Moçambique independente, descrevia as fracturas dentro do Governo de então de orientação socialista (Ottaway, 1978). A disputa na época travava-se entre burocratas de orientação soviética, que favoreciam uma visão de mecanização de escala das grandes machambas esta-

¹ Fonte: discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Armando Guebuza em Maputo, Moçambique (09/11/2010), disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/2010-audios-lula/09-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-mocambique-armando-guebuza-maputo-mocambique-27min01s/view>.

tais, e burocratas de orientação chinesa, que privilegiavam um modelo centrado na força de trabalho e no «poder do povo». Um artigo publicado alguns anos mais tarde pelo economista Mark Wuyts criticava a opção por máquinas como uma escolha motivada por considerações de carácter político mas sem sentido perante as condições materiais do campo em Moçambique, condições essas marcadas pela abundância de trabalho, que, portanto, exigiam soluções compatíveis com o seu uso intensivo (Wuyts, 1981a).

As condições concretas da fase actual não apontam para a necessidade de libertar trabalho da agricultura para permitir a industrialização, mas sim para travar a grave crise das estruturas económicas coloniais que se manifesta na desintegração da economia camponesa, quer através da ruptura das redes de comercialização, quer através da crise do trabalho camponês, ou das duas ao mesmo tempo. A questão hoje não é «libertar» mas sim «absorver» trabalho dentro da agricultura de forma a prevenir o aprofundamento da crise camponesa (Wuyts, 1981b:14), tradução livre da autora.

Estas questões continuam válidas na actualidade, num contexto em que a vasta maioria da população rural moçambicana depende essencialmente da agricultura e do seu trabalho, e retira o seu rendimento e alimento de machambas com características físicas que dificultam a introdução de tractores, como mais à frente se irá abordar.

O tractor é também um bom estudo de caso para interrogar a cooperação para o desenvolvimento, nas suas dimensões material e discursiva. Permite, por exemplo, explorar como a agenda de desenvolvimento se articula com outras agendas de natureza política ou comercial, sem cariz desenvolvimentista. Ou, ainda, explorar visões sobre cooperação e suas práticas concretas – como cada um dos lados entende o outro, ou como as especificidades dos contextos de origem e de destino são tidas em conta na concepção das intervenções.

No seu livro *Mechanization and Maize: Agriculture and the Politics of Technology Transfer in East Africa*, Constance Anthony (1988) relata como nos anos 70 na Tanzânia a opção política do Governo por tractores foi apoiada pela FAO, não obstante evidência da sua inaptidão para as condições materiais do País. A autora descreve ainda o processo de entrada das grandes marcas de tractores no País (tais como Fiat, Ford, John Deere e Massey Fergusson), agilizado pelo canal da cooperação para o desenvolvimento. Também Deborah Brautigam (1998a), na sua pesquisa sobre a exportação da revolução verde da China para a África, aborda a articulação entre motivações de carácter geopolítico, ideológico e comercial nas experiências da cooperação, que incluem a transferência de tecnologia e venda de tractores. A autora contrasta o ensinamento de Mao Zedong de retirar dos modelos vindos de fora

aquilo que é útil à China,² seguido pela burocracia chinesa no plano doméstico, com as práticas de cooperação do Governo chinês no exterior, as quais denotam uma transposição linear de soluções que negligencia considerações sobre a relevância e aptidão dessas soluções para o contexto ao qual se destinam.

Retomando o tema da cooperação brasileira em Moçambique, este texto esboça em traços largos a sua trajetória evolutiva a partir de três crónicas breves. Cada crónica diz respeito a um momento distinto da interacção entre o Brasil e Moçambique, com foco no programa da cooperação para o fortalecimento da agricultura familiar através da mecanização – o programa Mais Alimentos Internacional (MAI). A primeira crónica incide sobre a génese deste programa, reflectindo sobre o momento político concreto no Brasil de então e sobre as alianças que essa conjuntura política permitiu forjar. Esta crónica trata, portanto, da cooperação Brasil-Moçambique no seu momento inicial e no espaço de origem, centrando-se no processo de formulação da intervenção e suas primeiras motivações. A segunda crónica descreve a forma como o programa chegou ao contexto africano e analisa o modo como o Governo de Moçambique o interpretou e apropriou em função da sua própria visão de desenvolvimento e agenda política. A terceira crónica olha para os desdobramentos da cooperação brasileira em Moçambique depois da conclusão das actividades de cooperação propriamente ditas, acompanhando os tractores já após estes serem distribuídos pelo território nacional e passando então a incorporar dinâmicas de acumulação em curso.

As três crónicas dão relevo às dimensões espacial e temporal da cooperação para o desenvolvimento. A dimensão espacial é retratada através da análise da trajetória do programa desde a origem (no Brasil) até ao destino final (no espaço rural moçambicano), passando pelos corredores burocráticos da gestão da cooperação internacional (desde o Brasil até Moçambique). A dimensão temporal é visível nas diferentes etapas do programa, as quais permitem reflectir em que medida o propósito final da cooperação é incorporado no momento de concepção, ou se esse propósito se altera ao longo do tempo; permitem ainda questionar a relevância das motivações originais na concretização e no desfecho do programa.

A análise que aqui se expõe de forma sumária foi apresentada pela primeira vez na sexta conferência da rede *BICAS Critical Agrarian Studies* em 2018 em Brasília.³ O material que serve de base a esta análise provém de dois projectos de pesquisa em que autora participou entre 2012 e 2018. A primeira pesquisa, parte do projecto *China and Brazil in African Agriculture*

² Dizia Mao Zedong: «Há duas maneiras diferentes de aprender com os outros. Uma é a atitude dogmática de transplantar tudo, independentemente da relevância para as nossas condições. Isto não é bom. A outra atitude é a de usar as nossas cabeças e aprender aquelas coisas que se adaptam às nossas condições; isto é, absorver as experiências que nos são úteis. Esta é a atitude que devemos adoptar» (Brautigam, 1998b:196).

³ Sexta Conferência da *BRICS Initiative of Critical Agrarian Studies* (BICAS), Universidade de Brasília, 12-14 de Dezembro de 2018: <http://conferencias.unb.br/index.php/bicas/bicas>.

(2012-2015),⁴ concentrou-se na política brasileira de cooperação em África e na interação entre as dinâmicas de política interna e as agendas de política e comércio internacional. Esse trabalho incluiu uma análise detalhada do programa Mais Alimentos Internacional, cujos resultados se encontram publicados (Cabral *et al.*, 2016). A segunda pesquisa, *Agricultural Mechanisation in African Agriculture* (2016-2018),⁵ olhou a questão do revitalização do tema da mecanização agrícola no contexto africano, em termos de políticas governamentais, programas de cooperação de parceiros do Norte e do Sul, debate académico e experiências concretas em Moçambique, no Gana e no Zimbabué (Amanor, 2019; Cabral, 2019a, 2019b; Shonhe, 2019). Em Moçambique, o estudo concentrou-se na experiência com a mecanização no corredor de Nacala e no distrito do Chókwè.

O restante deste texto apresenta cada uma das três crónicas, seguindo uma ordem cronológica, e termina com uma breve conclusão.

CRÓNICA 1 – AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALIANÇA DISCURSIVA

A primeira crónica tem como pano de fundo o Brasil do final do Governo do Presidente Lula da Silva (2003-2010). Este era um momento de auge para a economia brasileira e de grande projeção do País no mundo (The Economist, 2009). África tinha um lugar de destaque na agenda internacional reorientada a Sul e o portfólio de cooperação brasileiro mostrava-se cada vez mais diversificado (White, 2010). Na área agrícola, onde a cooperação técnica tinha até então sido dominada por actividades de formação e pesquisa aplicada providenciadas pela Empresa (estatal) Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa), entram nesse momento novos actores e abrem-se novas frentes de cooperação. A par da experiência brasileira de agricultura modernizada e de escala (o dito agronegócio) representada pela pesquisa da Embrapa, colocam-se em destaque experiências paralelas de políticas públicas orientadas para a agricultura de menor escala e de carácter familiar, com maior vocação para a produção de alimentos e para o abastecimento de mercados locais de redes curtas. Sendo a história da agricultura moderna brasileira marcada pelo dualismo entre o agronegócio e a agricultura familiar aos níveis político, institucional e socioeconómico, era inevitável que o mesmo acabasse por transvazar para o plano internacional (Pierri, 2013; Patriota & Pierri, 2013).

O programa Mais Alimentos Internacional (MAI), apresentado pela primeira vez em 2010 no evento de alto nível Diálogo Brasil-África sobre a Segurança Alimentar, que teve lugar em Brasília (ABC, 2010), representa esta diversificação da cooperação e a penetração do dualismo

⁴ Este projeto foi financiado pelo Economic and Social Research Council como parte do programa *Rising Powers and Interdependent Futures* (grant: ES/J013420/1) e contou com a participação de 24 pesquisadores do Brasil, China, Etiópia, Gana, Moçambique, Reino Unido e Zimbabué (Scoones *et al.*, 2016a): <http://www.future-agricultures.org/research/cbaa>.

⁵ Este estudo foi financiado pelo Department for International Development (DFID) do Reino Unido, como parte do programa de pesquisa *Agricultural Policy and Research in Africa* (APRA): <https://www.future-agricultures.org/apra/>.

doméstico no portefólio da cooperação agrícola. Mas ele representa também uma hibridização da cooperação brasileira, até então predominantemente de natureza técnica, mas que com este programa assume uma vertente indubitavelmente comercial. Tendo por objetivo o fortalecimento da agricultura familiar em África e a segurança alimentar, o programa consistia na partilha da experiência brasileira de políticas públicas para a agricultura familiar e na venda de máquinas e equipamentos agrícolas de perfil adequado para a agricultura familiar africana. Esta venda seria financiada por um empréstimo bonificado do Governo brasileiro a países africanos. Cinco países foram seleccionados como beneficiários; Moçambique, Gana, Quénia, Senegal e Zimbabué, aos quais se juntaria mais tarde a Nigéria.

O programa era liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entidade que superintendia as políticas de apoio ao sector familiar rural brasileiro.⁶ Contava com a participação da Secretaria Executiva da Câmara do Comércio Exterior e de representantes da indústria brasileira de máquinas e equipamento agrícolas, dado o elemento comercial do programa. O MAI reproduziria lá fora a experiência com um programa brasileiro com o mesmo nome, Mais Alimentos, introduzido no Brasil em 2008, e que oferecia aos agricultores familiares brasileiros uma linha de crédito bonificado para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas (Anon, 2015). Tal programa aliava objectivos de desenvolvimento agrícola de base familiar com objectivos de desenvolvimento industrial, pois o equipamento coberto pelo programa tinha, todo ele, proveniência da indústria nacional (Patriota & Pierri, 2013). Na modalidade internacional, apenas a dimensão agrícola do programa se manteria, dado que as máquinas fornecidas seriam de proveniência da indústria brasileira, e não da indústria doméstica (por sinal inexistente) dos países abrangidos pelo programa.

O programa reunia duas agendas distintas, se bem que complementares. Uma agenda era marcadamente política e ideológica e visava a afirmação do sector da agricultura familiar e a conquista de espaço (e recursos) no contexto do dominante agronegócio. Buscava-se projecção desta agenda no plano internacional que ajudasse a reforçar essa luta interna (Cabral, 2016). Esta agenda contra-hegemónica encontrava forte alinhamento com o discurso de cooperação Sul-Sul. Entretanto, a indústria brasileira, que naturalmente prosseguia objetivos de expansão de negócio na África, encontrou nas narrativas sobre Sul-Sul, agricultura familiar e segurança alimentar *slogans* adequados para a promoção das suas marcas no continente africano.

A aliança entre o MDA e a indústria era delicada, em virtude da orientação ideológica da direcção do MDA. O MDA não era alheio aos riscos desta aliança, inclusivamente do perigo de o programa perder o foco no camponês africano de base familiar. Mas esperava-se que a componente de diálogo político e de partilha de experiências com políticas públicas que

⁶ Este Ministério foi extinto durante a administração de Michel Temer (2016-2018), a qual sucedeu de forma brusca e controversa ao Governo da Presidente Dilma Rousseff. Com a eliminação do MDA, a direcção do sector agrícola brasileiro (agronegócio e familiar) fica concentrada no Ministério da Agricultura.

integrava o programa servisse de orientação na escolha e alocação das máquinas pelos governos africanos. O MDA estava ciente, no entanto, de que não podia impor a sua visão à contraparte africana, respeitando a postura não intervintiva da diplomacia brasileira e a sua filosofia de cooperação Sul-Sul (Abreu, 2013).

Não obstante a motivação ideológica e o compromisso da equipa do MDA, a sua influência no desenrolar do programa acabou por ficar comprometida. As dificuldades económicas com que o Brasil se debatia no virar da década, acabaram-se por se reflectir na estabilidade política doméstica. A agenda de cooperação com África vai perdendo o ímpeto que Lula lhe havia empreendido e o aparelho de cooperação enfrenta dificuldades administrativas na execução dos seus programas, por falta de recursos ou por ausência de um quadro normativo adequado. Estas complicações ficam patentes na morosidade do processo de libertação da primeira tranche do crédito aprovado para o MAI, ficando as máquinas disponíveis apenas a partir de 2015, cinco anos após o lançamento do programa em Brasília (Cabral *et al.*, 2016). Mas o mais significativo no desenrolar do programa foi a direcção que lhe foi dada a partir do local de destino. Em Moçambique, o significado político e ideológico que o MDA atribuía à noção de agricultura familiar e ao programa MAI não era percebido ou tido como relevante pela contraparte governamental. O Governo de Moçambique (GM) via na cooperação com o Brasil a possibilidade de replicar o sucesso brasileiro com a agricultura de escala e modernizada – o milagre do Cerrado (The Economist, 2010) – e não uma aliança política para a reprodução do sector familiar. Pelo contrário, o agricultor familiar era visto como alguém a ser modernizado e convertido em empreendedor do agronegócio. As máquinas agrícolas serviriam portanto como instrumentos de apoio a essa transformação (Cabral *et al.*, 2016). Os desdobramentos do programa e o esgotamento da visão política centrada no reforço da agricultura familiar é objecto da crónica que se segue, na qual os tractores (e não mais a agricultura familiar) se tornam protagonistas.

CRÓNICA 2 - MAIS TRACTORES E PARCERIAS PARA A REVOLUÇÃO VERDE

Dado o gradual enfraquecimento político do MDA no Brasil (que acaba sendo extinto enquanto ministério em 2016) e a visão de desenvolvimento distinta do lado moçambicano, o MAI acaba por se centrar na compra de máquinas e equipamentos agrícolas, esvaziando-se do programa a vertente de diálogo de políticas públicas para o fortalecimento do sector familiar. O tractor acaba sendo a máquina de destaque do programa, o qual passa a ser rotulado por vozes críticas como *Mais Tractores*. Porquê o tractor e como é que ele integra a visão de desenvolvimento e o padrão de acumulação de riqueza em Moçambique são as questões analisadas por esta crónica.

O Governo moçambicano, por meio do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), seleccionou, através do programa, 513 tractores (todos eles com as mesmas especificações) e equipamentos acessórios (charruas, grades, distribuidoras de adubo e calcário, sementeiras, entre outros). Em 2015, é lançado o Programa Nacional de Mecanização Agrária, como parte da estratégia de modernização da agricultura e transformação dos camponeses em agricultores modernizados e comerciais (MINAG, 2011). Este programa centra-se especificamente na distribuição das máquinas e equipamentos importados do Brasil, que visam contribuir para os objectivos de aumentar a produção alimentar nacional e garantir a segurança alimentar. Criaram-se então os Centros de Prestação de Serviços Agrários (CSA) por todo o País, com vista a distribuir as máquinas pelo território nacional e a colocá-las à disposição do camponês, particularmente aquele sem condições de comprar máquinas próprias, mas que poderia aceder a serviços de mecanização prestados pelos centros a um preço máximo indicado pelo Governo. O pequeno produtor rural é identificado como a população-alvo do programa.

Entre 2016 e 2017, foram estabelecidos 96 CSA de duas categorias. Uma categoria era a de centros públicos (27 centros), que correspondiam a unidades governamentais existentes ou empresas estatais agrícolas que iriam usar as máquinas para actividades próprias. Por exemplo, a empresa pública Hidráulica do Chókwè adicionou as máquinas atribuídas pelo programa à sua frota existente para servir os produtores inseridos no regadio do Chókwè.⁷ A outra categoria de CSA, e a novidade do programa do GM, era a de centros de gestão privada (69 centros), criados a partir de parcerias com o sector privado empresarial. Neste caso, o Governo providencia um pacote de máquinas (incluindo tractores e acessórios) a preço bonificado através de um contrato de leasing atribuído por concurso.⁸ Solicitava-se aos candidatos ao *leasing* que dispusessem não apenas de capacidade financeira para pagar o crédito mas também de um espaço e de infra-estruturas físicas para implantar o centro e alojar as máquinas.

No modelo inicialmente concebido, pretendia-se criar três tipos de CSA privados: (i) centros grandes, com capacidade para acolher mais de 30 tractores; (ii) centros médios, com capacidade para 10 a 30 tractores; e (iii) centros pequenos, com capacidade para menos de 10 tractores. Na prática foram estabelecidos apenas centros pequenos, devido a exiguidade de propostas para centros maiores e ao interesse do Governo em distribuir amplamente as máquinas pelo território nacional.

⁷ O regadio de Chókwè está situado na província de Gaza e a sua infra-estrutura de gestão pública foi inicialmente implantada no período colonial. O regadio cobre actualmente uma área de 30 000 hectares, onde são produzidos predominantemente arroz e hortícolas.

⁸ As condições de pagamento eram de 5 por centro do valor das máquinas no momento da recepção e o restante num período de 10 anos.

Cabe agora reflectir sobre o lugar do tractor na visão de desenvolvimento do GM e sobre a forma como o modelo de parceria público-privado se enquadra no padrão de acumulação de riqueza no espaço rural em Moçambique.

A preponderância do tractor no pacote de máquinas reflecte por um lado um enviesamento histórico do Estado na agricultura, o qual tende a olhar o tractor como símbolo de progresso e modernidade (Schmalzer, 2016; Anthony, 1988). Ela releva também uma postura paternaista e centralizadora da gestão estatal. O facto de os 513 tractores do programa serem de um único tipo (marca LS Plus, com 75 cavalos de potência) sugere a falta de consideração das especificidades agronómicas e necessidades locais e da diferenciação das camadas sociais a apoiar em diferentes partes do território nacional. Naturalmente que considerações sobre a facilidade de manutenção e substituição de peças para um tipo único de máquinas obedecem a uma lógica de gestão. No entanto, a experiência local revela que as máquinas foram seleccionadas centralmente sem consulta prévia e que alguns acessórios recebidos nunca chegaram a ser utilizados por não se adequarem às circunstâncias locais (Cabral, 2019b).

A predominância do tractor e de acessórios de preparação do solo indica também uma visão parcial da mecanização agrícola que não considera outros aspectos, tais como a irrigação e o processamento de pequena escala, talvez com um maior potencial de benefício para o pequeno camponês e camponesa. Também o destaque dado pelo programa a charruas e a grades pesadas indica a falta de consideração da problemática da gestão sustentável do solo. A ausência dos engenhos de pequeno porte nas políticas e programas de mecanização em África contrasta com a experiência asiática e revela um viés por parte de governos e doadores (Biggs & Justice, 2015).

O segundo aspecto a considerar é a lógica (ou as lógicas) do modelo de parceria público-privada. O modelo é apresentado como o formato para garantir a gestão empresarial de um serviço de carácter público. Este carácter público decorre de dois objectivos do programa – o de garantir a segurança alimentar e o de ser pretensamente dirigido ao pequeno agricultor sem meios financeiros para a aquisição de máquinas próprias. A gestão empresarial visa assegurar a sustentabilidade financeira dos centros, tendo em conta as dificuldades passadas de gestão de parques de máquinas pelo Estado, não apenas em Moçambique mas de forma mais ampla na África Subsariana (Sims & Kienzle, 2006).

Mas há outras lógicas subjacentes à constituição destes centros que vão além dos objectivos declarados. Para as entender é importante considerar brevemente o perfil dos parceiros privados envolvidos nos CSA de gestão privada. De acordo com a pesquisa realizada em duas zonas do País (região do Chókwè e corredor de Nacala), entre os parceiros privados contam-se: (i) investidores agrícolas, nacionais e estrangeiros, de escala média a larga (com actividades agrícolas em áreas que variam dos 40 aos 10 000 hectares); (ii) empresas internacionais de processamento com projectos em curso em Moçambique (por exemplo, Sonil

no processamento de tabaco e João Ferreira dos Santos no processamento de algodão), e (iii) empresas locais de prestação de serviços relacionados com agronegócios e aluguer de maquinaria (Cabral, 2019b).

Estes gestores privados foram seleccionados em função da sua capacidade financeira e logística. No entanto, nem todos estão vocacionados para a prestação de serviços ao pequeno agricultor. De facto, as condições materiais de produção do pequeno agricultor moçambicano não são, em geral, adequadas para a mecanização pela via do tractor. As machambas são pequenas, irregulares e, frequentemente, têm troncos e pedras que inviabilizam a lavoura mecanizada. Por outro lado, a dispersão das machambas resulta em custos elevados de deslocação do tractor para o prestador de serviço. O resultado é uma clientela privilegiada em função da qualidade dos terrenos que possui e da proximidade ao CSA. Muitas das vezes estes clientes não têm o perfil dos supostos beneficiários do programa, mas de produtores de escala e capitalizados. Vale a pena notar, por exemplo, que um dos centros alugou toda a sua frota a uma empresa internacional implantada no distrito em plena época alta de preparação dos terrenos.

Os gestores privados beneficiam do acesso a máquinas em condições bonificadas e usam estas máquinas primeiramente para trabalho próprio e para aluguer a produtores das suas redes. Alguns têm ainda a expectativa de que a gestão dos centros abra caminho a outras oportunidades de negócio. Por exemplo, num dos centros, prevê-se o desenvolvimento de parcerias com empresas internacionais de sementes e agroquímicos para tornar os actuais parques de máquinas em centros mais abrangentes que cubram vários aspectos do agronegócio. A mecanização agrícola pela via dos CSA reproduz um padrão de acumulação de riqueza no campo que beneficia produtores e interesses estabelecidos. A visão política é a de gerar um agricultor moderno empresarial, mas este «tipo ideal» está muito distante do perfil do agricultor comum moçambicano, para quem os serviços profissionalizados de mecanização continuam a ser um luxo que está para além das suas possibilidades nas condições actuais. Mas um outro modelo se vislumbra, que sugere um padrão de acumulação a partir da base e talvez mais em consonância com a visão do MDA que esteve na origem do programa no lado brasileiro. A próxima crónica contrapõe dois canais ou modelos de prestação de serviços distintos que emergem desta experiência com tractores brasileiros em Moçambique.

CRÓNICA 3 – «TELHADO DE ZINCO» OU «SOMBRA DA MANGUEIRA»?

Além do *leasing* de máquinas aos CSA privados, foram vendidos tractores e acessórios, também a crédito, a agricultores singulares. Perante a exiguidade de empresas agrícolas que apresentaram propostas para gestão dos CSA, a venda a singulares permitiu escoar as máquinas remanescentes e distribuí-las mais finamente pelo território.

Segundo os dados do MASA, 53 agricultores singulares adquiriram máquinas do programa, pagando metade do valor do equipamento à entrada e o restante num prazo de cinco anos (Cabral, 2019b). A grande parte destes agricultores adquiriu um tractor e um ou dois acessórios de lavoura (normalmente uma charrua e uma grade). Alguns deles adquiriram dois tractores. Nas áreas onde foi feita a pesquisa que serve de base a esta análise, estes agentes singulares tinham a lavoura como actividade principal e produziam em machambas de tamanho pequeno a médio (de 5 a 60 hectares), normalmente dedicando-se a hortícolas, milho e feijão, e frequentemente arroz no caso do Chókwè (Cabral, 2019b). Não tendo infra-estruturas próprias para albergar as máquinas, estes agricultores recorriam normalmente à sombra da mangueira do quintal doméstico.

Apesar de os produtores singulares não integrarem o modelo original de prestação de serviços concebido pelo MASA, eles acabam por ser também agentes prestadores. De forma a manter as suas máquinas em utilização plena e ajudar no pagamento do empréstimo, eles alugam-nas a outros agricultores ou prestam eles mesmos os serviços de mecanização.

Este modelo do pequeno-a-médio agricultor singular como agente de serviço é aqui designado, ludicamente, por modelo «sombra da mangueira», em contraste com o modelo dos centros privados, designado por «telhado de zinco».⁹ Estes dois modelos indicam mecanismos paralelos de acumulação de riqueza accionados ou alimentados pelos tractores brasileiros. O «telhado de zinco» é um modelo de acumulação que tende a privilegiar interesses instalados ou «elites» do empresariado local ou internacional. Por sua vez, o «sombra da mangueira» é um modelo que parece propiciar uma acumulação de riqueza a partir da base (ou pelo menos a partir de um patamar de riqueza mais baixo).

Apesar destes resultados carecerem de verificação por pesquisa adicional, eles apontam para a maior aptidão do segundo modelo para atingir o típico pequeno produtor moçambicano, pretensamente a população-alvo do programa do Governo e certamente o visado pelo MDA lá mais atrás. Esta conclusão preliminar decorre da consideração dos aspectos sumariados na tabela 1. Nos CSA privados com «telhado de zinco» são priorizados produtores com terrenos regulares e preparados e, de preferência, localizados próximos do centro. No modelo «sombra da mangueira», as redes sociais do proprietário da máquina servem para angariar clientes, que tendem a ser elementos da família, vizinhos e outros camponeses locais de pequena escala. As redes pessoais são também importantes para os gestores privados, mas, neste caso, os clientes tendem a ser agricultores médios a grandes, ou unidades empresariais. Para os gestores com «telhado de zinco», a prestação de serviço ao pequeno agricultor camponês é vista como uma actividade de responsabilidade social, que decorre do contrato de *leasing* com o Governo, e não como negócio.

⁹ Nos CSA privados visitados no Chókwè e no corredor de Nacala, a frota de tractores estava invariavelmente estacionada num armazém ou alpendre com telhado de zinco.

TABELA 1. COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MODELOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANIZAÇÃO

DIMENSÃO ANALISADA	«TELHADO DE ZINCO»	«SOMBRA DA MANGUEIRA»
Clientes típicos	Priorização de agricultores com terrenos amplos e preparados (sem troncos ou pedras), localizados em áreas próximas ou acessíveis; várias ocorrências de aluguer de máquinas a outras empresas (num dos casos visitados toda a frota foi alugada durante semanas a uma empresa internacional).	Aluguer é feito a membros da família, vizinhos e amigos – normalmente agricultores camponeses de pequena escala, mas com capacidade de pagar pelo serviço (após a colheita).
Identificação e triagem de clientes	Redes pessoais (normalmente no caso de empresas e outros agricultores médios ou grandes); por entrevista nos casos de pequenos agricultores que busquem os serviços nos centros.	Redes pessoais locais servem como mediadoras entre os proprietários das máquinas e os clientes.
Prestação de Serviço A Pequenos Agricultores	Prestação de serviço ao pequeno agricultor camponês não é vista como negócio, mas como responsabilidade social, feita em virtude do contrato de <i>leasing</i> com o Governo, mas sem convicção sobre a sua viabilidade económica.	Prestação de serviço ao pequeno agricultor camponês vista como forma de rentabilizar o equipamento e também como solidariedade entre pares (especialmente na questão das condições de pagamento).
Condições de pagamento	Agricultores queixam-se que condições são restritivas – pagamento na colheita usado inicialmente, mas depois abandonado por atrasos e falta de pagamentos.	Condições de pagamento relatadas mais adequadas à realidade local – pagamento do serviço frequentemente adiado até à época de colheita e por vezes feito em espécie (produto da colheita).
Potencial alcance geográfico	Relativamente menor devido à concentração de frota num centro.	Relativamente maior devido à dispersão de máquinas por unidades singulares.

São também notórias diferenças nas condições de pagamento pelo serviço. Os CSA com «telhado de zinco», tendo inicialmente, em certos casos, prestado serviços a crédito (para pagamento na época de colheita), acabaram por abandonar esta prática devido à falta de pagamento por parte de alguns clientes. No caso dos prestadores «sombra da mangueira», a manutenção da prestação de serviço a crédito (e com pagamento por vezes em produto da colheita e não em dinheiro) reflecte a função asseguradora das redes sociais locais, que servem de garantia implícita nas transacções.

Por fim, a maior dispersão geográfica da prestação de serviço através de agentes singulares apresenta maior potencial de alcance dos agricultores afastados dos centros distritais, onde os CSA privados tendem a estar localizados nos centros distritais.

Conclui-se, portanto, que o modelo «telhado de zinco» se afigura como menos apto a apoiar a mecanização do agricultor típico moçambicano e mais propício a reforçar vantagens instaladas, alimentando um processo de acumulação desde cima e, portanto, agravando desigualdades no campo. O modelo «sombra da mangueira» parece oferecer, em contraste, um maior potencial de acumulação a partir de uma base mais ampla de produtores. As experiências concretas do ponto de vista do «cliente» receptor do serviço necessitam, no entanto, de ser analisadas por pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

Voltando ao ponto de partida, e ao foco sobre a trajetória da cooperação brasileira em Moçambique, as diferentes etapas do programa Mais Alimentos retratadas pelas três crónicas ilustram a complexidade das relações de cooperação internacional. As deslocações deste programa nas dimensões espaço e tempo não são lineares, mas os seus objectivos, protagonistas e interesses subjacentes vão-se alterando e, por vezes, sobrepondo. Em função do momento e do espaço em questão, a experiência dos tractores brasileiros pode ser vista de primas distintos. Ela é, no Brasil e num primeiro momento, uma acção de resistência e enfrentamento político a um modelo de agricultura hegemónico. Ela é também, ao longo do seu percurso, um instrumento de prossecução de interesses corporativos, apoiados em iniciativas governamentais – sejam eles os interesses da indústria brasileira, das empresas agrícolas estabelecidas em Moçambique, das empresas internacionais de insumos, que vislumbram nos CSA de gestão privada portas de entrada para o mercado local. Mas ela é também, ainda que timidamente, uma história sobre transformação agrária endógena e a partir da base, simbolizada pelos tractores à «sombra da mangueira», que indicam que pequenos agricultores locais encontram, também eles, espaço para beneficiarem da intervenção externa que não os tem deliberadamente como alvo. Ela é ainda evidência do triunfo do ímpeto de modernização do campo (centrado em rendimentos por hectare, especialização produtiva e competitividade), que tem o tractor como ícone predilecto.

Estas diferentes realidades que se acumulam e sobrepõem ao longo do percurso do programa Mais Alimentos Internacional revelam, por um lado, a pluralidade de interesses e visões contrastantes (e em tensão) que integram a cooperação brasileira (Cabral, 2016). Elas relevam também a imprevisibilidade das interfaces (ou *«development encounters»*) entre actores, visões de mundo e procedimentos na esfera do desenvolvimento internacional (Anon, 2006). Estas múltiplas realidades ilustram, por fim, o protagonismo dos actores mobilizados ao longo do percurso, inclusivamente do lado africano, tido frequentemente como agente passivo da cooperação (Mohan & Lampert, 2013).

Dadas estas características, a história dos tractores brasileiros em Moçambique é, de certa forma, uma história típica da trajectória de iniciativas de cooperação internacional, as quais frequentemente mobilizam interesses múltiplos e contraditórios, se reinventam no caminho e produzem resultados por vezes inesperados. Vista a partir da trilha dos tractores, considerando o seu percurso longo (incluindo nos seus desdobramentos pós-cooperação, tal como relatado pela terceira crónica) e despojada de ímpetos e narrativas conjunturais, a experiência da cooperação brasileira em Moçambique confunde-se facilmente com outras experiências da cooperação internacional, ficando diluído o seu carácter do Sul e destacando-se a inexorável complexidade e multidimensionalidade das relações de cooperação.

REFERÊNCIAS

- ABC (2010). *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*. Brasília, Agência Brasileira de Cooperação.
- Abreu, F. J. M. (2013). «A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil / The evolution of international technical cooperation in Brazil». *Mural Internacional*. 4 (2), 3–16. Disponível em: <https://10.12957/rmi.2013.8372>.
- Amanor, K. (2019). *Mechanised Agriculture and Medium-Scale Farmers in Northern Ghana: a Success of Market Liberalism or a Product of a Longer History?*. Disponível em: <https://www.future-agricultures.org/publications/working-papers-document/working-paper-23-mechanised-agriculture-and-medium-scale-farmers-in-northern-ghana-a-success-of-market-liberalism-or-a-product-of-a-longer-history/> (consultado a 20 de Junho de 2019).
- Anthony, C.G. (1988). *Mechanization and Maize: Agriculture and the Politics of Technology Transfer in East Africa*. Columbia University Press.
- Biggs, S. & Justice, S. (2015). *Rural and Agricultural Mechanization: A History of the Spread of Small Engines in Selected Asian Countries*. . Disponível em: <http://ebrary.ifpri.org/cdm/ref/collection/p15738coll2/id/129214> (consultado a 3 de Abril de 2016).
- Brautigam, D. (1998a). *Chinese aid and African development: exporting green revolution*. International political economy series. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Brautigam, D. (1998b). *Chinese aid and African development: exporting green revolution*. International political economy series. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cabral, L. (2016). *Priests, technicians and traders: actors, interests and discursive politics in Brazil's agricultural development cooperation programmes with Mozambique*. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex.
- Cabral, L. (2019a). *Tractors in Africa: Looking Behind the Technical Fix*. . Disponível em: <https://www.future-agricultures.org/publications/working-papers-document/working-paper-22-tractors-in-africa-looking-behind-the-technical-fix/> (consultado a 20 de Junho de 2019).
- Cabral, L. (2019b). *Zinc Roof of Mango Tree? Tractors, Modernisation and Agrarian Transformation in Mozambique*. . Disponível em: <https://www.future-agricultures.org/publications/working-papers-document/working-paper-19-zinc-roof-of-mango-tree-tractors-modernisation-and-agrarian-transformation-in-mozambique/> (consultado a 20 de Junho de 2019).
- Cabral, L., Favareto, A., Mukwereza, L. & Amanor, K. (2016) «Brazil's Agricultural Politics in Africa: More Food International and the Disputed Meanings of “family farming”». *World Development*. 81 (Maio), 47–60. Disponível em: <https://doi:10.1016/j.worlddev.2015.11.010>.

- Catia Grisa & Sérgio Schneider (eds.) (2015) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- David Lewis & David Mosse (eds.) (2006) *Development Brokers and Translators: the Ethnography of Aid and Agencies*. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- MINAG (2011). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário 2009-2018 (PEDSA)*.
- Mohan, G. & Lampert, B. (2013) «Negotiating China: Reinserting African agency into China–Africa relations». *African Affairs*. 112 (446), 92-110. Disponível em: <https://doi:10.1093/afraf/ads065>.
- Ottaway, D.B. (1978). «Mozambique makes ‘people’s power’ key to development». *The Washington Post*.
- Patriota, T.C. & Pierri, F.M. (2013). «Brazil’s cooperation in African agricultural development and food security». In: Fantu Cheru & Renu Modi (eds.). *Agricultural Development and Food Security in Africa*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, pp. 125–144.
- Pierri, F.M. (2013). «How Brazil’s Agrarian Dynamics Shape Development Cooperation in Africa. *IDS Bulletin*. 44 (4), 69-79.
- Schmalzer, S. (2016). *Red Revolution, Green Revolution: Scientific Farming in Socialist China*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A. & Qi, G. (2016a). A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. *World Development*. (81), 1-12.
- Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A. & Qi, G. (2016b). A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. *World Development*. 81, 1–12. Disponível em: <https://doi:10.1016/j.worlddev.2015.11.020>.
- Shonhe, T. (2019). *Tractors and Agrarian Transformation in Zimbabwe: Insights from Mvurwi*. Disponível em: <https://www.future-agricultures.org/publications/working-papers-document/working-paper-21-tractors-and-agrarian-transformation-in-zimbabwe-insights-from-mvurwi/> (consultado a 20 de Junho de 2019).
- Sims, B. & Kienzle, J. (2006). *Farm power and mechanisation for small farms in sub-Saharan Africa*. Disponível em: file:///C:/Users/lidiaca/OneDrive%20-%20IDS/My%20Library/Themes/Agriculture%20and%20rural%20development/Mechanisation/FAO2006_Farm%20power%20and%20mechanisation%20for%20small%20farms%20in%20sub-saharan%20africa_complete.pdf (consultado a 3 de Fevereiro de 2017).
- The Economist (2009). Brazil takes off. *The Economist*. (Nov 12th 2009). Disponível em: <http://www.economist.com/node/14845197> (consultado a 31 de Março de 2016)
- The Economist (2010). Brazilian agriculture: The miracle of the cerrado. *The Economist*. (Aug 26th 2010). Disponível em: <http://www.economist.com/node/16886442> (consultado a 14 de Fevereiro de 2013).

- White, L. (2010). Understanding Brazil's new drive for Africa. *South African Journal of International Affairs*.17 (2), 221-242. Disponível em: <https://doi:10.1080/10220461.2010.494345>.
- Wuyts, M. (1981a). The Mechanization of Present-Day Mozambican Agriculture. *Development and Change*. 12 (1), 1-27. Disponível em: <https://doi:10.1111/j.1467-7660.1981.tb00087.x>.
- Wuyts, M. (1981b). The Mechanization of Present-Day Mozambican Agriculture. *Development and Change*. 12 (1), 1-27.